

## *Compromisso ético e defesa dos Direitos Humanos na ficção de José Saramago*

Ana Paula Arnaut

CENTRO DE LITERATURA PORTUGUESA  
UNIVERSIDADE DE COIMBRA

---

### ABSTRACT

---

José Saramago was a man and a writer committed to his time, denouncing, by recovering the past or by projecting events in a future that may come to pass, the many and most diverse violations of the most basic human rights. Or, in other words, exposing scenarios and environments in which Man becomes "definitely a wolf of man". Thus, in the construction of possible portraits of the contemporary Portugal (and also of the world) or of other times, the author's irreverent magic of contemplation never leaves the objects ideologically intact.

**Keywords:** Human rights, ethics, ideology, blindness, violence.

José Saramago foi um homem e um escritor empenhado com o seu tempo, denunciando, pela recuperação pretérita ou pela projeção de acontecimentos num futuro que talvez venha a acontecer, as muitas e mais diversas violações aos mais elementares direitos do ser humano. Ou, por outras palavras, expondo cenários e ambiências em que o Homem se converte "definitivamente em lobo do homem". Assim, na construção dos retratos possíveis do Portugal (e também do mundo) coevo ou de outras épocas, a irreverente magia da contemplação do autor não deixa nunca os objetos ideologicamente intactos.

**Palavras-chave:** Direitos do ser humano, ética, ideologia, cegueira, violência.

---

Se a ética não governar a razão, a razão desprezará a ética.  
José Saramago (1995a, 147)

A ética é a mulher mais bonita do universo.  
José Saramago (in Gómez Aguilera 2010, 121)

No primeiro volume de *Cadernos de Lanzarote*, em formulação que encontrará ecos variados em outros escritos de igual coloração interventiva, senão ensaística<sup>1</sup>, José Saramago assume, de modo muito claro, que “ao romance e ao romancista não restava mais que regressar às três ou quatro grandes questões humanas, talvez só duas, vida e morte, tentar saber, já nem sequer *donde vimos e para onde vamos*, mas simplesmente *quem somos*” (Saramago 1994, 169). É esta indagação, justamente, que o leitor encontra ao ler as obras do autor, com particular relevo, porém, para as publicadas a partir de *Ensaio sobre a cegueira* (1995b), primeiro romance da fase universal, em cujas páginas, segundo afirma, deixa de contemplar e de descrever o exterior da estátua para entrar “no interior da pedra, no mais profundo de nós mesmos” (Saramago 2013, 34), na tentativa de dar resposta a uma das mais complexas questões da humanidade: “que diabo de gente somos nós?” (in Luís 2000, 21). Por outras palavras, na tentativa de compreender um mundo, o nosso, em que “estamos todos cegos. Cegos da razão” (in Gómez Aguilera 2010, 140) e em que, por isso, o Homem parece ter-se convertido, definitivamente “em lobo do homem” (Saramago 2013, 34). Em todo o caso, foi com toda a certeza esta indagação que plenamente contribuiu para a atribuição do Prémio Nobel ao escritor, em 1998.

Com efeito, de acordo com o estipulado em 1895 pelo criador dos galardões, o capital legado deveria ser distribuído anualmente sob forma de prémio aos que, no ano transato (posteriormente, nos anos mais recentes), tivessem contribuído com as maiores benfeitorias para a Humanidade. Um desses prémios, o da Literatura, que, cinco anos depois, os Estatutos da Fundação Nobel explicitariam dever incluir não apenas textos puramente literários, mas todos os escritos que pela forma e pela estética adquirissem tal valor, destinar-se-

---

<sup>1</sup> Sublinhamos, no entanto, que o autor não usa a literatura como um panfleto para fazer política, mas, antes, como o espaço de exposição da sua ideologia: “A minha literatura reflecte, de alguma forma, as posturas que ideologicamente assumo, mas não é um panfleto”, “Tenho muito cuidado em não transformar os meus romances em panfletos, apesar de ser comunista e marxista com cartão. Eu tenho umas ideias e não separo o escritor do cidadão, das minhas preocupações. Eu acho que nós, os escritores, devemos voltar à rua, e ocupar de novo o espaço que antes tínhamos e agora é ocupado pela rádio, pela imprensa ou pela televisão. É preciso, além disso, fomentar o humanismo, o conhecimento de que milhares e milhares de pessoas não podem aproximar-se do desenvolvimento” (in Gómez Aguilera 2010, 364, 366, respetivamente, cf. 367).

ia, por conseguinte, a quem tivesse produzido a obra de tendência idealista mais marcante.

A clarificação do sentido ínsito e fulcral do que deveria ser uma obra de tendência idealista marcante só aconteceria décadas depois, através de um testemunho em terceira mão, e, em consequência, passível de levantar algumas reservas, não fora o conhecimento da peculiar personalidade e ideologia do próprio testador, consabidamente dado a ideias de revolta e independência. Deste modo, numa nova interpretação que, a seu tempo, daria diferente impulso à atribuição do Prémio, idealista significaria a adoção e a defesa de uma posição crítica ou polémica em relação à religião, à realeza, ao casamento e, mais genericamente, em relação à ordem social no seu conjunto (Espmark 1986, 7-16).

De acordo com o exposto, não há como negar a justiça da atribuição do Nobel a José Saramago, à sua obra. A atitude amplamente crítica que se exige traduz-se num conjunto de diretrizes ideológicas indubitável e indelevelmente inscritas nos universos (re)criados pelo autor, seja no curto espaço de um poema, seja nas linhas de uma crónica ou de um breve conto; seja, ainda, no mais pormenorizado mundo do texto teatral ou do texto romanesco, vertido ou não em constelações fantásticas e/ou alegóricas, como acontece em *A jangada de pedra* (1986), *Ensaio sobre a cegueira* ou *Ensaio sobre a lucidez* (2004).

Em qualquer dos romances mencionados, ou em outros textos, como lemos no poema “Processo”, “As palavras mais simples, mais comuns, / As de trazer por casa e dar de troco, / Em língua doutro mundo se convertem: / Basta que, de sol, os olhos do poeta, / Rasando, as iluminem” (Saramago 1981 [1966], 21). Em toda a obra de José Saramago, a quem o escritor espanhol Manuel Vilas chamou “o humanizador da palavra”<sup>2</sup>, sobressai, por conseguinte, como o próprio assume, a “responsabilidade moral e ética”, o “compromisso”, ao qual “É tempo de voltar”, e que, “como cidadão”, tem “com o [seu] tempo, com o [seu] país, com as circunstâncias [...] do mundo” (in Gómez Aguilera 2010, 367, 365)<sup>3</sup>.

Por isso, na consecução dos retratos possíveis do Portugal coevo ou de outras épocas, a irreverente magia da contemplação do escritor não deixa nunca os *objetos* ideologicamente intactos. Lembre-se o olhar crítico sobre a ordem social desse passado próximo que, em *Levantado do chão*, desde o princípio do século XX até aos tempos da Revolução de Abril, serve de cenário à saga dos Mau-Tempo e à sua vivência no grande mar de um latifúndio de senhores sem rosto, na certeza de que “se é em fome e misérias que estamos a pensar condoídos, qualquer outra família serviria” (Saramago 1982 [1980], 64). Recorde-se a (re)construção dos

<sup>2</sup> Intervenção feita no curso “Diálogos ibéricos. José Saramago: un minuto, un siglo”, organizado pela Fundación Academia Europea e Iberoamericana de Yuste, em 29 de junho de 2022.

<sup>3</sup> Sobre o assunto, ver também Castro s./d. e Reis 2022.

tempos mais remotos dos séculos XII ou XVIII, em *História do cerco de Lisboa* (1989) e *Memorial do Convento* (1982), dos quais a História oficial apenas parece ter registado os grandes nomes, sem se importar em fazer justiça aos que, em tudo, contribuíram para o que hoje somos como povo e como nação. Essa mesma História que já Almeida Garrett, pela voz de Carlos, chamava tola (Garrett 2010, 453)<sup>4</sup> e que Eça de Queirós prognosticava que seria “sempre uma grande Fantasia” (Queirós 1983, 265)<sup>5</sup>.

Não fica também intacto o mítico cosmos de injustiças, perseguições e crueldades bem mais antigas, mas nem por isso menos simbólicas, como as que se traduzem no tão comovente quanto subversivamente paródico *O Evangelho segundo Jesus Cristo* (1991), provavelmente a mais polémica de todas as suas obras, mas extraordinário exemplo da tendência idealista que deverá nortear uma obra merecedora de um Nobel. Nele ostensivamente se redimensiona de forma abrangente o espaço-tempo de um Deus sem remorsos (Saramago 1991, 390) que, de modo mais ou menos pontual, já aparecera negativa e parodicamente na tessitura narrativa de obras anteriores. Colorido, por exemplo, com os tons de “um Robinson inventado, criador segundo de uma religião de medo que precisava de um Sexta-Feira para ser igreja”, em *Manual de pintura e caligrafia* (Saramago 1983 [1977], 145), afirmação cujo sentido parece precisar-se em *Memorial do Convento* pelas descrições das perseguições inquisitoriais e dos churrascos dos autos-da-fé.

Destes momentos, entre outros, ressalta a imagem de um Deus cuja violência é confrontada com um Diabo que, assistindo de cima de um valado ao trajeto da “excessiva” pedra que os trabalhadores vão buscar a Pêro Pinheiro, destinada “à varanda que ficar[ia] sobre o pórtico da igreja” sumptuosa, acaba, afinal, por pasmar “da sua própria inocência e misericórdia por nunca ter imaginado suplício assim para coroação dos castigos do seu inferno” (Saramago 1982, 259). Este comentário-intrusão do autor-narrador é mais acutilante e acintosamente sintetizado em “É preciso ser-se Deus para gostar tanto de sangue” (Saramago 1991, 391), frase-exclamação que finaliza o longo diálogo entre a entidade divina e Jesus e onde aquela dá conta do imperativo de criar a Inquisição:

---

<sup>4</sup> “A história é uma tola. / Eu não posso abrir um livro de história que me não ria. Sobretudo as ponderações e adivinhações dos historiadores acho-as de um cómico irresistível. O que sabem eles das causas, dos motivos, do valor e importância de quási todos os factos que recontam?” (carta de Carlos a Joanhina).

<sup>5</sup> “Debalde, amigo, se consultam in-fólios, mármores de museus, estampas, e coisas em línguas mortas: a História será sempre uma grande Fantasia”.

Passou tempo, o nevoeiro não tornou a falar, e Jesus perguntou, agora no tom de quem só espera uma resposta afirmativa, Nada mais. Deus hesitou, e depois, em tom cansado, disse, Ainda há a Inquisição, mas dela, se não te importas, podíamos falar noutra altura, Que é a Inquisição, A Inquisição é outra história interminável, Quero saber, Seria melhor que não soubesses, Insisto, Vais sofrer na tua vida de hoje remorsos que são do futuro, E tu, não, Deus é Deus, não tem remorsos, Pois eu, se já levo esta carga de ter de morrer por ti, também posso aguentar os remorsos que deviam ser teus, Preferia poupar-te, De facto, não tens feito outra coisa desde que nasci, És um ingrato, como são todos os filhos, Deixemo-nos de fingimentos, diz-me o que vai ser a Inquisição, A Inquisição, também chamada Tribunal do Santo Ofício, é o mal necessário, o instrumento crudelíssimo com que debelaremos a infecção que um dia, e por longo tempo, se instalará no corpo da tua Igreja por via das nefandas heresias em geral e seus derivados e consequentes menores, a que se somam umas quantas perversões do físico e do moral, o que, tudo reunido e posto no mesmo saco de horrores, sem preocupações de prioridade e ordem, incluirá luteranos e calvinistas, molinistas e judaizantes, sodomitas e feiticeiros, mazelas algumas que serão do futuro, outras de todos os tempos, E, sendo a necessidade que dizes, como procederá a Inquisição para reduzir esses males, A Inquisição é uma polícia e é um tribunal, por isso haverá de prender, julgar e condenar como fazem os tribunais e as polícias, Condenará a quê, Ao cárcere, ao degredo, à fogueira, À fogueira, dizes, Sim, vão morrer queimados, no futuro, milhares e milhares e milhares de homens e mulheres, De alguns já me tinhas falado antes, Esses foram lançados à fogueira por crerem em ti, os outros sê-lo-ão por duvidarem, Não é permitido duvidar de mim, Não, Mas nós podemos duvidar de que o Júpiter dos romanos seja deus, O único Deus sou eu, eu sou o Senhor, e tu és o meu Filho, Morrerão milhares, Centenas de milhares, Morrerão centenas de milhares de homens e mulheres, a terra encher-se-á de gritos de dor, de uivos e roncões de agonia, o fumo dos queimados cobrirá o sol, a gordura deles rechinará sobre as brasas, o cheiro agoniará, e tudo isto será por minha culpa, Não por tua culpa, por tua causa, Pai, afasta de mim este cálice, Que tu o bebas é a condição do meu poder e da tua glória, Não quero esta glória, Mas eu quero esse poder. O nevoeiro afastou-se para onde estivera antes, via-se uma pouca de água ao redor do barco, lisa e baça, sem uma ruga de vento ou uma agitação de barbatana passando. Então o Diabo disse, É preciso ser-se Deus para gostar tanto de sangue. (Saramago 1991, 390-391).

O que assim se instaura, na linha de um ateísmo tantas vezes publicamente assumido, é a possibilidade de questionarmos a grandeza e a bondade desse Deus que, para existir, desde sempre exigiu o cumprimento de vidas penosas e sofridas. Motivo suficiente para que nas páginas finais de *Ensaio sobre a cegueira* paradigmaticamente se proceda à sua punição simbólica, tapando os olhos das imagens religiosas que no mundo terreno são as suas silenciosas

extensões, assim, finalmente, de forma justa e radicalmente humana, se declarando que “Deus não merece ver” (Saramago 1995b, 302).

E porque, em última instância, é a vontade dos homens que segura as estrelas, e não a de “Deus ou Alá [que] é tudo o mesmo” (Saramago 1989, 202), o Jesus do *Evangelho* do autor, embora também fazedor de milagres, surge em toda a sua humanidade, capaz de amar, de odiar e de errar, em processo de figuração<sup>6</sup> que, se, por um lado, colide com tradicionais ensinamentos dos Agamedes que ao longo dos tempos têm sido responsáveis pela doutrinação das gentes, por outro lado vai ao encontro dessa outra linha de instauração de cenários possíveis, caucionada por fontes históricas marginais. Tal sucede com a relação amorosa entre Jesus e Maria de Madalena ou com o facto de Maria, a mãe, não ter concebido do Espírito Santo, ambas as situações avalizadas pelo *Evangelho de Filipe* (2005)<sup>7</sup>.

Do diálogo entre as diversas fontes, as oficiais e as oficiosas, ambas parcelares e parciais conforme a desmontagem feita em *História do cerco de Lisboa*, Saramago constrói o seu diálogo entre História e ficção, desse modo fazendo “explodir o que até então parecia indiscutível: por outras palavras, substituir o que foi pelo que poderia ter sido” (Saramago 1990, 18), e dessa forma

---

<sup>6</sup> “Em termos gerais, o conceito de *figuração* designa um processo ou um conjunto de processos constitutivos de entidades ficcionais de feição antropomórfica, conduzindo à individualização de personagens em universos específicos, com os quais essas personagens interagem. Tal individualização verifica-se sobretudo em contextos narrativos e em contextos dramáticos, mas acontece, igualmente de modo residual, em contextos de enunciação poética; passa-se isto, em especial, quando estão em causa composições dotadas de um certo índice de narratividade” (Reis 2015, 121-122); “o tema da figuração ficcional não se confunde com o da *caracterização*, uma vez que este último tem que ver sobretudo com a descrição da personagem; por outro lado, na caracterização nem sempre estão em causa componentes da ordem do discurso: não poucas vezes passa-se agilmente da caracterização às características, o que inspira abordagens marcadamente conteudistas [...], apoiadas numa espécie de apreciação holística da personagem” (26-27).

<sup>7</sup> A defesa da ideia de que Jesus foi humanamente concebido, até porque “em verdade há coisas que o próprio Deus não entende, embora as tivesse criado” (Saramago 1991, 26-27), é narrativamente validada pela constatação de Maria de que José deveria ter visto nos seus olhos o filho que em si gerara (27) e pela saudação do mendigo-anjo que lhe dá a notícia da gravidez – “Que o Senhor te abençoe, mulher, e te dê todos os filhos que a teu marido aprouver” (33). No além texto, o *Evangelho de Filipe* confirma que erram aqueles que “dizem que Maria concebeu do Espírito Santo” (Mt 1. 18-25; Lc 1. 26-38), “não sabem o que dizem. Quando é que uma mulher concebeu de mulher?” (de acordo com o que esclarece uma nota de rodapé do texto, “A palavra «espírito» em hebraico (*ruah*) é do género feminino”). Acresce que “o Senhor não teria dito: «O meu Pai que está no céu», mas simplesmente «o meu Pai», “a não ser que tivesse outro pai” (31, sent. 55, 22-23 e 32-33). No que diz respeito à relação afetiva entre Jesus e Maria Madalena, esta não só é apontada como a companheira do Senhor (35 e 39, sent. 59, 10 e sent. 63, 32-33), como também se diz que “O [Salvador] amava-a mais do que a todos os discípulos e beijava-a frequentemente na [boca]” (39, sent. 63, 33-34) (ver Arnaut 2008 e Arnaut 2011).

corroborando a asserção de que, como escreve em *Levantado do chão*, “tudo [isto] pode ser contado de outra maneira” (Saramago 1982 [1980], 14). E assim sempre sucede, mesmo que o relato alternativo seja tão improvável como haver um Ricardo Reis que regressasse do Brasil para saber quem é (Saramago 1984, 119)<sup>8</sup>, ou tão fantástica como haver uma Joana Carda que com uma simples vara de negrilho provoque a separação da Península (Saramago 1986), numa possível duplicação do que seria a atitude do autor perante a integração de Portugal e de Espanha na então Comunidade Económica Europeia.

Nesta outra maneira, em que nos romances históricos Saramago replica, *lato sensu*, o gesto indisciplinado de Raimundo Silva ao grafar o “Não” relativo à ajuda dos Cruzados na conquista de Lisboa aos Mouros (Saramago 1989, 50), o homem comum não revela apenas capacidade para superar hereticamente o poder divino, seja pela construção de um sonho tornado passarola, em *Memorial do Convento*, seja pelo poder que só ele tem para perdoar. Recordem-se, para tanto, as linhas finais de *O evangelho segundo Jesus Cristo*, em que Jesus, crucificado, clama “para o céu aberto onde Deus sorria, Homens, perdoai-lhe, porque ele não sabe o que fez” (Saramago 1991, 444), assim dando resposta cabal à questão formulada em *Memorial do Convento* sobre “quem há-de perdoar a Deus ou castigá-lo” (Saramago 1982, 183).

Não se trata, pois, como regista o canónico Evangelho de Lucas (23.34<sup>9</sup>) (*Bíblia* 1995), de pedir perdão ao Pai para os que o haviam crucificado. E muito menos se trata de entregar nas Suas mãos o Seu Espírito (Lc 23. 46<sup>10</sup>). Trata-se, pelo contrário – numa clara assunção do papel egoísta e malévolo de um Deus que, “sacrificador”, o obriga a morrer –, de implorar ao humano que perdoe as atitudes do divino, desse modo totalmente assumindo a supremacia do primeiro sobre o segundo. Afinal, como já havia dito, “é a vontade dos homens que segura as estrelas”, sendo “fácil ver que, faltando os homens, o mundo pára (Saramago 1982, 124, 66).

Mas não se trata apenas de colocar o Homem, o ser humano, no centro da atenção das narrativas. Do que se trata, essencialmente, é de denunciar aqueles que são o lobo do seu semelhante e de defender os esquecidos, os fracos, os

---

<sup>8</sup> Ainda que o próprio Ricardo Reis afirme ter regressado a Lisboa como “uma espécie de dever” em prestar homenagem ao seu criador Fernando Pessoa, depois de saber da notícia da sua morte (cf. Saramago 1984, 80, cf. 325-326), o trânsito narrativo da personagem aponta para o facto de este ser um motivo igualmente plausível. Sobre o assunto, ver Arnaut 2017, 45).

<sup>9</sup> “Quando chegaram ao lugar chamado Calvário, crucificaram-n’O a Ele e aos mal-feitores, um à direita e outro à esquerda. Jesus dizia: «Perdoa-lhes, ó Pai, porque não sabem o que fazem» (Lc 23.34).

<sup>10</sup> “Por volta da hora sexta, as trevas cobriram toda a terra, até à hora nona, por o Sol se haver eclipsado. O véu do Templo rasgou-se ao meio, e Jesus exclamou, dando um grande grito: «Pai, nas tuas mãos entrego o Meu Espírito». Dito isto expirou” (Lc 23 44-46).

desfavorecidos e os oprimidos: o povo que no grande mar do latifúndio luta por um tempo sem fome e por um futuro de liberdade (Saramago 1982 [1980]); os trabalhadores que cumprem o voto de D. João V ou os “tições negros” dos que caíram nas redes do Santo Ofício (Saramago 1982), rosto outro de uma polícia política, a PIDE<sup>11</sup>, que (re)aparecerá com maldade refinada e atualizada em *Manual de pintura e caligrafia*, *Levantado do chão*, *O ano da morte de Ricardo Reis*, ou *Ensaio sobre a lucidez*.

Nestes, como em outros romances, sempre ressalta a preocupação com “aqueles em nome de quem nunca se escreveu nenhum livro” (Saramago 1991, 133-4), e de quem, como Mogueime, Saramago se torna “voz e língua” (Saramago 1989, 242). Acompanhando este empenho de base com a ‘arraia-miúda’, em muitos casos representada individualmente por personagens cujos percursos de vida cumprem destinos coletivos, não podemos deixar de sublinhar a incisiva denúncia às mais ou menos ancestrais violações dos mais fundamentais direitos do ser humano, o que novamente ilustra o compromisso ético de Saramago, e, por extensão, da sua obra, cujas páginas são, afinal, os cartazes do próprio autor (cf. Gómez Aguilera 2010, 369).

Recordando que a Declaração Universal dos Direitos Humanos aprovada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948<sup>12</sup> é o ponto culminante do embrião lançado em 12 de junho de 1776 pela Declaração dos Direitos de Virgínia, bem como das influências que esta teve na Declaração da Independência dos Estados Unidos de 4 de julho de 1776 ou, ainda, na Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, proclamados pela Assembleia Nacional Francesa, em 1789, convoque-se a ilustração magistral facultada por *Ensaio sobre a cegueira* das consequências do esquecimento do disposto em vários dos seus pontos.

Assim sucede com os artigos 1º (“Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos e, dotados como são de razão e consciência, têm de comportar-se uns com os outros com espírito fraternal”), 3º (“Todo o indivíduo tem direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal”), 4º (“Ninguém será mantido em escravatura ou em servidão; a escravatura e o trato dos escravos, sob todas as formas, são proibidos”) ou 5º (“Ninguém será submetido a tortura nem a penas ou tratamentos cruéis, desumanos ou degradantes”), quando, por exemplo, sabemos do confronto entre os soldados e os cegos (Saramago 1995b: 81); quando conhecemos a decisão dos cegos da camarata dos malvados (a terceira camarata) em “governar a comida”, vendendo-a (140). Ou,

<sup>11</sup> Polícia Internacional e de Defesa do Estado, criada em 1945 em substituição da PVDE – Polícia de Vigilância e Defesa do Estado (1933).

<sup>12</sup> Publicada no Diário da República, I Série, n.º 57/78, de 9 de março de 1978, mediante aviso do Ministério dos Negócios Estrangeiros.



ainda, sem esgotarmos os exemplos de atrocidades que simultaneamente desrespeitam o disposto em outros pontos da Declaração, quando vemos a violação das mulheres, comportamento abjeto, desprezível, e também ancestral, como verificamos a partir do breve episódio que em *Levantado do chão* nos faz saber de “um daqueles estrangeiros que viera com Lamberto Horques Alemão, alcaide-mor de Monte Lavre por mercê do rei Dom João o primeiro, gente de falar desentendido, e que, desatendendo aos gritos e rogos da donzela, a levou para uma espessura de fetos onde, a seu prazer, a forçou” (Saramago 1982 [1980], 24). E, em rota de colisão frontal com o que estipula não só o documento que nos ocupa, mas também com o que preside ao designado espírito cristão, lembremos, em *Memorial do Convento*, a tentativa de violação de Blimunda por um frade (Saramago 1982, 345)<sup>13</sup>. Os contornos do episódio em causa, que convoca as circunstâncias da morte de um outro perpetrante, a do chefe dos malvados em *Ensaio sobre a cegueira*, permite-nos, apesar de tudo, aceitar e justificar determinados atos.

Vejamos para tanto (e é de ver que, de facto, aqui se trata), o trecho do romance que antecede o momento em que a mulher do médico enterra a tesoura “com toda a força na garganta do cego” (Saramago 1995b, 185)<sup>14</sup>, numa conduta-decisão que, sem o devido enquadramento (como, por vezes, lamentavelmente sucede no universo judicial), poderíamos considerar um crime:

todas elas, já estavam a gritar, ouviam-se golpes, bofetadas, ordens, Calem-se, suas putas, estas gajas são todas iguais, sempre têm de pôr-se aos berros, Dá-lhe com força, que se calará, Deixem-nas chegar à minha vez e já vão ver como pedem mais, Despacha-te daí, não aguento um minuto. A cega das insónias uivava de desespero debaixo de um cego gordo, as outras quatro estavam rodeadas de homens com as calças arriadas que se empurravam uns aos outros como hienas em redor de uma carcaça. A mulher do médico encontrava-se junto

---

<sup>13</sup> “O frade tateou os pés de Blimunda, afastou-lhe devagarinho as pernas, para um lado, para o outro, excita-o terrivelmente a imobilidade da mulher, porventura está acordada e lhe apetece o homem, já as saias foram atiradas para cima, já o hábito arregaçado, a mão avança a reconhecer o caminho, estremeceu a mulher, mas não faz outro movimento, jubiloso o frade empurra o membro para a invisível fenda, jubiloso sente que os braços da mulher se fecham nas suas costas, há grandes alegrias na vida de um dominicano” (Saramago 1982, 345).

<sup>14</sup> “A mão levantou lentamente a tesoura, as lâminas um pouco separadas para penetrarem como dois punhais. Nesse momento, o último, o cego pareceu dar por uma presença, mas o orgasmo retirara-o do mundo das sensações comuns, privara-o de reflexos, Não chegarás a gozar, pensou a mulher do médico, e fez descer violentamente o braço. A tesoura enterrou-se com toda a força na garganta do cego, girando sobre si mesma lutou contra as cartilagens e os tecidos membranosos, depois furiosamente continuou até ser detida pelas vértebras cervicais” (Saramago 1995, 185).

ao catre para onde tinha sido levada, estava de pé, com as mãos convulsas apertando os ferros da cama, viu como o cego da pistola puxou e rasgou a saia da rapariga dos óculos escuros, como desceu as calças e, guiando-se com os dedos, apontou o sexo ao sexo da rapariga, como empurrou e forçou, ouviu os roncos, as obscenidades, a rapariga dos óculos escuros não dizia nada, só abriu a boca para vomitar, com a cabeça de lado, os olhos na direcção da outra mulher, ele nem deu pelo que estava a acontecer, o cheiro do vômito só se nota quando o ar e o resto não cheiram ao mesmo, enfim o homem sacudiu-se todo, deu três sacões violentos como se cravasse três espeques, resfolegou como um cerdo engasgado, acabara. A rapariga dos óculos escuros chorava em silêncio. O cego da pistola retirou o sexo que ainda vinha a pingar e disse com voz vacilante, enquanto estendia o braço para a mulher do médico, Não tenhas ciúmes, já vou tratar de ti, e depois subindo o tom, Eh, rapazes, podem vir buscar esta, mas tratem-na com carinho, que ainda posso precisar dela. Meia dúzia de cegos avançaram de rebolão pela coxia, deitaram mãos à rapariga dos óculos escuros, levaram-na quase de rastos, Primeiro eu, primeiro eu, diziam todos. O cego da pistola tinha-se sentado na cama, o sexo flácido estava pousado na beira do colchão, as calças enroladas aos pés. Ajoelha-te aqui, entre as minhas pernas, disse. A mulher do médico ajoelhou-se. Chupa, disse ele, Não, disse ela, Ou chupas, ou bato-te, e não levas comida, disse ele (176-177, ver 184-188).

Não conseguindo fazer caber neste espaço todos os exemplos ilustrativos dos atentados à dignidade do ser humano que podemos colher na obra de José Saramago, por tantos serem, não podemos, contudo, deixar de registar outros exemplos, como aqueles que encontramos em *Memorial do Convento*, *Levantado do chão* ou *As intermitências da morte* (2005). Se é certo que em todos estes romances se encena extensivamente a opressão e a repressão, não é menos certo que, no caso do último, cabe salientar, entre outros descumprimentos, a violação ao estipulado no número 2 do artigo 13º (“Todo ser humano tem o direito de deixar qualquer país, inclusive o próprio e a esse regressar”), quando uma família de camponeses pobres, cansados da eternidade de uma vida sem dignidade, se veem obrigados a passar clandestinamente a fronteira para que avô e neto possam morrer em paz no país vizinho (Saramago 2005, 40-51)<sup>15</sup>.

Quanto ao espaço-tempo de D. João V saberemos do não cumprimento dos já referidos artigos 1º, 3º, 4º e 5º (entre outros, mais uma vez), não só pelas *santas* perseguições e torturas inquisitoriais que conhecemos pela descrição dos autos-da-fé, mas também pela *santificada* decisão do rei em aumentar a capacidade do Convento para 300 frades. Constatando a escassez de voluntários, e consciente da necessidade de maior número de mãos e braços para a

---

<sup>15</sup> Sobre *As intermitências da morte* e outros romances pertencentes ao mesmo ciclo de produção literária saramaguiana, ver Arnaut, 2010.

construção da opulenta obra (Saramago 1982, 285, 286-288), que pretendia inaugurar “daí a dois anos em mil setecentos e trinta, no dia vinte e dois de Outubro” (281-282, 289), o Magnânimo põe, pois, em ação as suas divinas e régias motivações, mandando arrebanhar os relapsos por quadrilheiros carcereiros que

atavam nos com cordas, variando o modo, ora presos pela cintura uns aos outros, ora com improvisada pescoceira, ora ligados pelos tornozelos, como galés ou escravos. [...] muitos eram metidos ao caminho a sangrar. [...] em todos os lugares aonde pôde chegar a justiça de sua majestade, os homens atados como reses [...] viam as mulheres e os filhos implorando o corregedor. (291-292)

Em outro espaço e em outro tempo, o do latifúndio alentejano do século XX, continuamos a saber de comportamentos degradantes. Entre tantos exemplos possíveis, lembramos o episódio da tortura de Germano Santos Vidigal que, nas mãos da PIDE, versão mais recente do rosto sem feições da Inquisição e aqui simbolicamente corporificada pelos espancadores Escarro e Escarrilho<sup>16</sup>,

irá morrer sem dizer uma palavra que seja. Gemidos só lhe sairão da boca, e em silêncio de alma profundos ais, mas mesmo quando os dentes estiverem partidos e for necessário cuspir bocados deles, o que dará maiores razões aos outros para voltarem a bater, não se suja a propriedade do Estado, mesmo então o ruído será o de cuspir e outro não. (Saramago 1982 [1980], 169-70)<sup>17</sup>

Momento pungente, este, que, como outros, nomeadamente a prisão de João Mau-Tempo e de outros companheiros por *crimes* contra o latifúndio, convoca ainda a violação ao disposto nos artigos 9º (“Ninguém pode ser arbitrariamente preso, detido ou exilado”), 18º (“Toda a pessoa tem direito à liberdade de pensamento, de consciência e de religião [...]”), 19º (“Todo o indivíduo tem direito à liberdade de opinião e de expressão, o que implica o

<sup>16</sup> Como sucede com outras personagens do romance, não cremos que a escolha dos nomes seja arbitrária. Com efeito, além de facultarem a hierarquia dos espancadores, os vocábulos escarro e escarrilho remetem para comportamentos repugnantes.

<sup>17</sup> Particularmente interessante é o facto de toda a cena de tortura e morte de Germano Santos Vidigal ser facultada através da colagem do ponto de vista do narrador ao de uma formiga que, no decurso de dez longas viagens à volta da sala onde o homem é torturado, vai dando conta da progressiva degradação física e anímica do homem. Como escrevemos em outra ocasião (Arnaut 2014, 29-30), o efeito que se obtém ao seguir a marcha lenta, lentíssima, da formiga de cabeça grande é, em primeiro lugar, o de um processo de isocronia que, pelo viés da extensão, isto é, do “prolongamento artificial do tempo da história” (Reis e Lopes 1996, 34, 154), contribui para a sensação de alongamento do tempo do discurso e, por conseguinte, intensifica a duração da violência exercida (e da resistência do homem, também).

direito de não ser inquietado pelas suas opiniões e o de procurar, receber e difundir, sem consideração de fronteiras, informações e ideias por qualquer meio de expressão”). Violação aos mesmos artigos, em cúmulo com outros, como quase sempre é possível ilustrar, acontece de modo englobante na urdidura romanesca de *Ensaio sobre a lucidez*, ou, de forma mais concreta, em *Memorial do Convento* com as já mencionadas perseguições levadas a cabo pelo Santo Ofício e pelos autos-da-fé que delas decorrem<sup>18</sup>:

Grita o povinho furiosos impropérios aos condenados, guincham as mulheres debruçadas dos peitoris, alanzoam os frades, a procissão é uma serpente enorme [...] foram açoitados os que esse castigo haviam tido por sentença, queimadas as duas mulheres, uma primeiramente garrotada por ter declarado que queria morrer na fé cristã, outra assada viva por perseverança contumaz até na hora de morrer, diante das fogueiras armou-se um baile, dançam os homens e as mulheres, el-rei retirou-se, viu, comeu e andou, (Saramago 1982, 54-55)

Frisamos, ainda, o atentado ao disposto no nº 2 do artigo 23º, “Toda a pessoa tem direito, sem discriminação nenhuma, a salário igual por trabalho igual”, patente em *Levantado do chão* (Saramago 1982 [1980], 33) quando sabemos que “Então chegou a república. Ganhavam os homens doze ou treze vinténs, e as mulheres menos de metade, como de costume”; patente também em *História do cerco de Lisboa* (romance que também prova que se não somos iguais na vida também o não somos na morte<sup>19</sup>) no episódio em que os soldados-guerreiros reivindicam receber pela tabela dos cruzados, sob pena de não irem à guerra:

com o passar do tempo, era já meados de setembro, e sem que se soubesse como e onde tinha nascido a inaudita ideia, começaram os soldados a dizer uns para os outros que, sendo tanto ou tão pouco homens como os cruzados, também por igual merecedores deveriam ser, e que, estando sujeitos à mesma morte, lhes deveriam ser reconhecidos direitos em tudo iguais aos deles, quando chegasse a hora do pagamento. [...] Ao fim de mais uma semana, quando as opiniões subversivas já tinham deixado de expressar-se à boca pequena para serem proclamadas em alta voz nos ajuntamentos espontâneos ou convocados, correu a notícia de que finalmente ia o soldo ser pago. Suspiraram de alívio os capitães, mas logo se lhes cortou a respiração quando os caixas vieram dizer que não

<sup>18</sup> Sobre Inquisição e autos-da-fé em *Memorial do Convento*, ver Arnaut 2022).

<sup>19</sup> Por contraste com a solenidade com que no acampamento é tratado o corpo do cavaleiro Henrique, alemão de Bona, até porque “já naquela época havia desigualdades sociais” (Saramago 1989, 21), os corpos dos soldados-guerreiros rasos são amontoados em “fila de corpos sujos e sangrentos, deitados ombro com ombro, à espera do embarque, alguns de olhos ainda abertos arregalados para o céu” (284). Permitimo-nos, pois, discordar do narrador quando afirma que “mais tarde ou mais cedo todos acabamos por ficar iguais perante a morte” (317).

aparecia ninguém a receber. No próprio arraial do rei a afluência foi diminutíssima, e mesmo essa devia ser interpretada como consequência duma intimidação, que a todo o momento podia o tropa dar de caras com D. Afonso Henriques e este perguntar-lhe, Então já foste receber, onde é que o tímido praça iria buscar a coragem para responder, Saiba vossa alteza que não, ou me pagam pela tabela dos cruzados, ou não vou mais à guerra. (Saramago 1989, 338-339)

Sublinhamos ainda o que, pela voz de Sigisberto, agora de *Levantado do chão*, colide com o disposto nos artigos 26º, nº 1 (“Toda a pessoa tem direito à educação [...]” e 17º, nº 1 (“Toda a pessoa, individual ou coletiva, tem direito à propriedade”). Assim sucede quando o latifundiário defende que

**A grande e decisiva arma é a ignorância.** É bom, dizia Sigisberto no seu jantar de aniversário, que eles nada saibam, nem ler, nem escrever, nem contar, nem pensar, que considerem e aceitem que o mundo não pode ser mudado, que este mundo é o único possível, tal como está, que só depois de morrer haverá paraíso, o padre Agamedes que explique isto melhor, e que só o trabalho dá dignidade e dinheiro, porém não têm de achar que eu ganho mais do que eles, **a terra é minha**, quando chega o dia de pagar impostos e contribuições, não é a eles que vou pedir dinheiro emprestado, que aliás sempre foi assim, e será, se não for eu a dar-lhes trabalho, quem é que dará, eu e eles, **eu que sou a terra, eles que o trabalho são**<sup>20</sup>, o que for bom para mim, bem para eles é, foi Deus que quis assim as coisas, o padre Agamedes que explique melhor, em palavras simples que não façam mais confusão à confusão que têm na cabeça, e se o padre não for suficiente, pede-se aí à guarda que dê um passeio a cavalo pelas aldeias, só a mostrar-se, é um recado que eles entendem sem dificuldade. (Saramago 1982 [1980], 72 – destacados nossos)

Acresce ao exposto que a necessidade de alguns trabalhadores do latifúndio se encontrarem clandestinamente na Terra Fria remete para o não cumprimento do nº 1 do artigo 20º (“Toda a pessoa tem direito à liberdade de reunião e de associação pacíficas”):

Os primeiros a chegar foram Sigismundo Canastro e João Mau-Tempo, esmeraram-se nisso por um deles ser novel. Enquanto esperavam, sentados ao sol para não arrefecerem depressa de mais, Sigismundo Canastro disse, Se tirares

---

<sup>20</sup> A diferença entre quem possui a terra e quem a trabalha pode também ser exemplificada pela seguinte citação: “Já se viu que Lamberto, alemão ele seja, tanha sido, ou agora português, não é homem para trabalhar esta grande terra com as suas próprias mãos. Quando a herdou, comprou de frades ou roubou estando a justiça cega, vieram agarrados, como o torrão às raízes, uns tantos animais de pernas e braços, que esses, sim, são de propósito criados para tal destinação, pela via da produção de filhos e sua conservação útil” (71, cf. 13).

o chapéu, põe-no de copa para cima, Porquê, perguntou João Mau-Tempo, e Sigismundo Canastro respondeu, Por causa do nome, nós não devemos saber os nomes uns dos outros, Mas eu sei o teu, Pois sabes, mas não dirás, os camaradas farão o mesmo, isto é para o caso de vir a haver prisões, não sabendo os nomes estamos a salvo. (Saramago 1982 [1980], 209)

A exposição crua e violenta do que de pior existe no ser humano, a denúncia de realidades ou de quase realidades distópicas alarmantes, porque, premonitórias, não invalida, porém, a crença e a esperança na redenção da Humanidade. Não uma redenção religiosa, não poderia sê-lo, tratando-se de José Saramago, mas uma redenção humanista e humanitária, por muito que o próprio autor afirme o oposto, insistindo no seu carácter pessimista<sup>21</sup>. Um pessimismo que deve, portanto, ser relativizado, como, aliás, o permitem outras intervenções públicas, como quando diz crer “na vontade humana” ou quando afirma acreditar que podem criar-se “situações, estados de espírito, determinações que podem converter as mesmas pessoas pouco generosas ou nada generosas em solidárias em certas circunstâncias” (in Gómez Aguilera 2010, 158).

Por isso recolhe Blimunda a vontade de Baltasar (Saramago 1982, 357), por isso nos dá “o dia levantado e principal da ocupação das herdades” (Saramago 1982 [1980], 365); por isso separa a Península Ibérica do resto da Europa (Saramago 1986); por isso leva o homem a pedir um barco a um rei para procurar uma ilha desconhecida (Saramago 1997); por isso permite, no romance de 1995, a recuperação progressiva do mal da cegueira branca; por isso o comissário de polícia de *Ensaio sobre a lucidez* acabará por se tornar justo e solidário, corajosamente afirmando a sua convicção na inocência da mulher do médico no que toca à culpa dos votos em branco (Saramago 2004, 277), ainda que isso lhe custe a vida, como a outras personagens; por isso, ainda, em *A caverna* (2000), já havia levado Cipriano Algor a sair do Centro em busca de um outro amanhã.

Chegados a este ponto do nosso texto, e “à procura de fecho para el[e]”, tal como Saramago o fez para a crónica “A vida é uma longa violência” (1985 [1971], 127), não podemos deixar de continuar com as palavras do autor, cumprindo-nos dizer aos que, com desagrado ou enfado, dizem não compreender os universos saramaguianos: “Leia duas vezes, amigo, leia duas vezes!”.

---

<sup>21</sup> “Eu sou tão pessimista que acho que a humanidade não tem remédio. Vamos de desastre em desastre e não aprendemos com os erros”, “Gostaria de me encontrar com Voltaire e dizer-lhe que ele tinha razão com a sua opinião céptica e pessimista do género humano. Dir-lhe-ia que teve razão e que muitos anos depois não mudámos nada, que há motivos para pensar que, se ele vivesse no século XX, teria ainda muito mais razão” (in Gómez Aguilera 2010, 145, 147, respectivamente)

## Bibliografia

- Arnaut, Ana Paula. 2008. *José Saramago*. Lisboa: Edições 70.
- — —. 2010. “Novos rumos na ficção de José Saramago: os romances *fábula* (*As Intermittências da Morte, A Viagem do Elefante, Caim*). In Ana Beatriz Barel (org.), *Os nacionalismos na literatura do século XX: os indivíduos em face das nações*. Coimbra: Minerva, 51-70.
- — —. 2011. “Paródias post-modernistas (José Saramago e António Lobo Antunes): de que reino é esta escrita?”. In *Teografias. Sentimento religioso e cosmovisão literária*. Aveiro: Universidade de Aveiro, 131-143.
- — —. 2014. “O fatalismo da pobreza(?): o miúdo pormenor interessa à história (*Levantado do Chão* de José Saramago)”. *Revista de Estudos Saramaguianos*. Lisboa: Fundação José Saramago-Ed. Patuá: 11-33.
- — —. 2017. *O ano da morte de Ricardo Reis de José Saramago*. (Coleção *Para ler...*). Lisboa: Edições Asa.
- — —. 2022. “‘O mundo está louco desde que nasceu’: Inquisição e autos da fé em *Memorial do Convento*”. *Cincinnati Romance Review*. 52, Spring: 53-64.
- Bíblia Sagrada*. 1995. 19ª ed. Lisboa: Difusora Bíblica.
- Castro, Alípio Maia e. s./d. “No *Diário* de Saramago: um humanismo latente”. <http://www.hottopos.com/rih1/saramago.htm>
- Declaração Universal dos Direitos Humanos. 1948. [https://gddc.ministeriopublico.pt/sites/default/files/documentos/pdf/declaracao\\_universal\\_dos\\_direitos\\_do\\_homem.pdf](https://gddc.ministeriopublico.pt/sites/default/files/documentos/pdf/declaracao_universal_dos_direitos_do_homem.pdf)
- Espmark, Kjell. 1986. *Le Prix Nobel. Histoire intérieure d'une consécration littéraire*. Trad. Pilippe Bouquet. S./l: Balland.
- Evangelho de Filipe*. 2005. *Evangelhos gnósticos – Biblioteca de Nag Hammadi II*. Trad. Luís Filipe Sarmiento. Lisboa: Ésquilo.
- Garrett, Almeida. 2010. *Viagens na minha terra*. Edição de Ofélia Paiva Monteiro. Lisboa: IN-CM.
- Gómez Aguilera, Fernando. 2010. *José Saramago nas suas palavras*. Lisboa: Caminho.
- Luís, Sara Belo. 2000. “O centro comercial é a nova universidade”. *Visão*, 26 de outubro (entrevista a José Saramago): 19-22.
- Queirós, Eça de. 1983. *Correspondência*. Lisboa: IN-CM (carta ao Conde de Ficalho, 15.6.1885).
- Reis, Carlos. 2015. *Pessoas de livro: estudos sobre a personagem*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- — —. 2022. *José Saramago. Literatura e compromisso*. Seleção, introdução e notas de Carlos Reis. Lisboa/Belém: Fundação José Saramago/ed.ufpa.
- Saramago, José. 1981 [1966]. *Os poemas possíveis*, 2ª ed. Lisboa: Caminho.

- — —. 1985 [1971]. *Deste mundo e do outro*. 3ª ed. Lisboa: Caminho.
- — —. 1983 [1977]. *Manual de pintura e caligrafia*. Lisboa: Caminho.
- — —. 1982 [1980]. *Levantado do chão*. 3ª ed. Lisboa: Caminho.
- — —. 1982. *Memorial do Convento*. Lisboa: Caminho.
- — —. 1986. *A jangada de pedra*. Lisboa: Caminho.
- — —. 1990. "História e ficção". *Jornal de letras, artes e ideias*. 6 a 12 de março: 17-18.
- — —. 1991. *O Evangelho segundo Jesus Cristo*. Lisboa: Caminho.
- — —. 1994. *Cadernos de Lanzarote I*. Lisboa: Caminho.
- — —. 1995a. *Cadernos de Lanzarote III*. Lisboa: Caminho.
- — —. 1995b. *Ensaio sobre a cegueira*. Lisboa: Caminho.
- — —. 1997. *O conto da ilha desconhecida*. Lisboa: Assírio & Alvim.
- — —. 2000. *A caverna*. Lisboa: Caminho.
- — —. 2004. *Ensaio sobre a lucidez*. Lisboa: Caminho.
- — —. 2005. *As intermitências da morte*. Lisboa: Caminho.
- — —. 2013. *A estátua e a pedra*. Lisboa: Fundação José Saramago.
- Vilas, Manuel. 2022. "*Saramago, hoje, de ambos os lados do Atlântico*". Conversa com Charos Ramos no âmbito do Curso "Diálogos ibéricos. José Saramago: un minuto, un siglo" (S5), organizado pela Fundación Academia Europea e Iberoamericana de Yuste, em 29 de junho de 2022. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=53-VsdXYqSY&list=PLavIjsUxU6WNz0CnxfP07060HYkGG4nY0&index=12>

**Ana Paula Arnaut** é professora catedrática pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Leciona Literatura Portuguesa Contemporânea na mesma universidade e é investigadora do Centro de Literatura Portuguesa, onde integra o grupo 'Figuras da Ficção', coordenado por Carlos Reis. Os seus principais interesses incidem sobre Literatura Post-Modernista e Hipercontemporânea, áreas em que tem vários livros e artigos publicados.

**Contacto:** [arnaut@ci.uc.pt](mailto:arnaut@ci.uc.pt)

**Recebido:** 23/02/2023

**Aceito:** 08/04/2023